A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

ANO LIV — N.º 230

João Pessoa — Paraíba

Quinta-feira, 17 de outubro de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. JOSÉ GOMES DA SILVA

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

DECRETO N.º 914, de 16 de outubro de 1946

Transfere dotações orçamentárias na Secretaria de Educação e Saúde, na importância de Cr\$ 4.300,00

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 27, § 2.º, do Decreto-Lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA :

Art. 1.º — Ficam transferidas dotações orçamentárias constantes do Decreto-Lei 833, de 15 de julho de 1946, na forma seguinte :

Verba 34.82 — GABINETE DO SECRETARIO

8.0.8.2 — <i>Material Permanente</i>	
22 — Livros, revistas, etc.	50,00
8.0.4.3 — <i>Material de Consumo</i>	
39 — Vestuários, etc.	1.800,00
8.0.4.4 — <i>Despesas Diversas</i>	
40 — Agua, asseio, etc.	700,00
44 — Direitos autorais	250,00
45 — Iluminação, etc.	1.500,00

SOMA Cr\$ 4.300,00

Para :

Verba 34.82 — GABINETE DO SECRETARIO

8.0.4.0 — *Pessoal Fixo*

08 — Gratif. por serv. extraordinários .. 450,00

8.0.4.3 — *Material de Consumo*

31 — Combustíveis, etc. 1.850,00

36 — Papel, Livros, etc. 2.000,00

SOMA Cr\$ 4.300,00

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946; 58.º da Proclamação da República.

JOSÉ GOMES DA SILVA
Odílio Duarte
José Fernandes de Lima

DECRETO-LEI N.º 875, de 16 de outubro de 1946

Concede subvenção à Academia Paraibana de Letras.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-Lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA :

Art. 1.º — Fica concedida à Academia Paraibana de Letras, instituição de finalidade cultural, com sede em João Pessoa, a subvenção anual de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), para o que é aberto à Secretaria de Educação e Saúde, no corrente exercício, o crédito especial da importância mencionada.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946; 58.º da Proclamação da República.

JOSÉ GOMES DA SILVA
Odílio Duarte
José Fernandes de Lima

DECRETO-LEI N.º 876, de 16 de outubro de 1946

Concede uma pensão à viúva e filho de João Alcides Bezerra Cavalcanti.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-Lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA :

Art. 1.º — Fica concedida, a partir desta data, a pensão mensal de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) à viúva e filho do escritor João Alcides Bezerra Cavalcanti.

§ 1.º — A pensão cessará para o filho quando atingir a maioridade, cabendo à sua genitora a quota a ele destinada.

§ 2.º — Ocorrendo o falecimento da beneficiada, a parte a ela correspondente reverterá em favor do filho enquanto menor.

Art. 2.º — Para ocorrer, neste exercício, a despesa resultante deste decreto-lei fica aberto o crédito de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) suplementar ao título IV, Secretaria das Finanças. — 2.8.7.1 — Encargos Diversos — 8.9.5.4 — Despesas Diversas — 42 — Contribuições e encargos diversos, Pensionistas, do vigente orçamento.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946; 58.º da Proclamação da República.

JOSÉ GOMES DA SILVA
José Fernandes de Lima

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 11

Petição:

N.º 12.605, de Eduardo Cunha, Durvaldo Varandas e outros. — Deferido em face dos pareceres.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 15

K — 2107 — SISP —

De José Bandeira de Albuquerque, solicitando revisão no seu processo de aposentadoria. Despacho — Indeferido em face do parecer.

Edição de hoje: — 16 páginas

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIRETOR GERAL

JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

A UNIÃO

Gerente

Chefe de Serviço

MARDOKÊO NACRE

SEVERINO M. DE MELO

Impresso nas oficinas da DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

PRAÇA JOÃO PESSOA

ASSINATURAS

Repartições e particulares		Funcionários	
Anual	Cr\$ 60,00	Anual	Cr\$ 36,00
Semestre	Cr\$ 40,00	Semestre	Cr\$ 24,00

PUBLICIDADE

1 pagina, por vez	Cr\$ 400,00	Centimetro de coluna	Cr\$ 4,00
1/2 pagina, por vez	Cr\$ 200,00	Editais, por centimetro	Cr\$ 2,40
1/4 pagina, por vez	Cr\$ 100,00	Numero avulso	Cr\$ 0,40

Prazo: Da data da assinatura do contrato até 31/12/46. — Aprovo. (as.) — JOSÉ GOMES DA SILVA.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 11

Proposta de admissão de diarista — A Secretária da Interventoria Federal — Maria de Oliveira e Nilza Araújo de Moraes, serviço — Cr\$ 9,00 por dia de serviço prestado. Aprovo. — (as.) JOSÉ GOMES DA SILVA.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7º, do Decreto-lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve readmitir, de acordo com o art. 76, do Decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Albertina Cavalcanti de Albuquerque, no cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Único do Estado, lotado no Departamento de Educação.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, resolve designar os Drs. Adalberto Almeida Cezar, Abdias da Mata Ribeiro e Benjamin Bezerra da Silva para inspecionarem o Professor, padrão A, do Quadro Único do Estado, Honorária de Amorim Coura, lotado no Departamento de Educação, para efeito de aposentadoria.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 15

Petição:

De Adalberto de Almeida César, médico, classe I, requerendo prorrogação de licença — Concedo 90 dias de licença, em prorrogação, com os vencimentos, a partir de 26/7/46.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 15

Proposta de contrato — A Secretária de Educação e Saúde — Helino Bezerra, auxiliar de cartógrafo — Cr\$ 600,00. Departamento Estadual de Estatística.

materia divulgada, deverão ser formuladas a Redação da UNIÃO, das 14 às 17,30 e, aos sábados, das 8 às 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vencerem.

As repartições publicas se cingirão às assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

fiscal classe E, da coletoria Estadual de Brejo de Cruz para a de Pombal.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das suas atribuições, resolve remover João Alfredo Filho, agente

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

127.ª Sessão Ordinária do dia 16 de outubro de 1946.

Sob a presidência do conselheiro Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, secretariado pelo senhor João Araujo Dias, com a presença e parte ativa nos trabalhos dos conselheiros Drs. Severino Ayres, João Leis e Romulo Rangel, realizou-se a 127.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo do Estado. Foi lida a ata da reunião anterior e aprovada sem restrições.

Expediente. — Não houve em Mesa a ser lido.

Distribuição: — Foram distribuídos os processos de licitação: de Interventoria Federal, abrindo a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas o crédito especial de Cr\$ 80.000,00: da Prefeitura de Sousa, dando denominação de sargento Edesio de Carvalho ao trecho da rua Nabor Meira daquela cidade; de Patos, autorizando o Prefeito a permutar um terreno — Ao dr João Leis; de Monteiro, orçando a Ração e fixando a Despesa para o exercício financeiro de 1947; de Misericórdia no mesmo sentido; de Mamanguapá,

dando denominação a duas ruas daquela Cidade; de Umbuzeiro, criando feira no povoado de "Boa Vista" daquele Município — Ao dr. Rômulo Rangel; de Ingá, orçando a Receita e fixando a Despesa para o exercício financeiro para o exercício de 1947; de Sousa, dando denominação de Cel. José Gomes Sá a antiga rua Sargento Edesio de Carvalho; de Serriaria, anulando saldos de dotações orçamentárias e abrindo crédito especial — Ao dr. Severino Ayres; ainda foram distribuídas as Prestações de Contas das Prefeituras de Guarabira e Alagoa Nova, referentes ao exercício de 1945, distribuídas respectivamente, aos conselheiros Drs. Severino Ayres e João Leis.

Pareceres à Publicação: — Foram lidos pelos respectivos relatores e mantidos a publicação os pareceres ns 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, aos projetos de decretos-leis: da Prefeitura de Taboiana, concedendo uma pensão de Cr\$ 120,00 mensais a Severino Ferreira Rodrigues; de Cajazeiras, abrindo o crédito especial de Cr\$ 4.000,00 destinado às despesas com a indenização do

uma casa naquela Cidade; de Misericórdia, reajustando os vencimentos do funcionalismo municipal e dando outras providências; da Interventoria Federal, ratificando disposição do decreto-lei n.º 671, de 28-4-945, que regulamenta o imposto sobre transmissão de propriedade "Causa mortis"; de Cajazeiras, abrindo o crédito suplementar de Cr\$

43.000,00 a diversas verbas do orçamento vigente; de Misericórdia, anulando saldos de dotações orçamentárias importância de Cr\$

17.700,00 e abrindo crédito suplementar equivalente; da Interventoria Federal, abrindo a Secretaria das Finanças o crédito especial de Cr\$ 70.070,00; de Esperança, autorizando o Prefeito firmar um contrato aditivo ao de exploração de Matadouro Público daquela Cidade entre a Prefeitura e Euclides Bezerra Cavalcanti. E por último os pareceres ns. 243 e 244, às Prestações de Contas das Prefeituras de Jatobá e Santa Luzia do Sabugi, referentes ao exercício de 1945.

Ordem do Dia: — Foram discutidos e aprovados os pareceres ns. 226, 227 e 228, aos projetos de decretos-leis: da Prefeitura de Guarabira, abrindo o crédito especial de Cr\$ 68.967,70 para pagamento ao Estado de Contribuições devidas no exercício de 1945; da Interventoria Federal, abrindo ao Título I — Governo do Estado — Cap. 1.º Interventoria, o crédito suplementar de Cr\$

80.000,00; da Prefeitura de Pombal, abrindo o crédito suplementar de Cr\$ 29.000,00, a diversas verbas do orçamento e mexecções. Foi também discutido e aprovado o parecer n.º 224, à Prestação de Contas da Prefeitura de Picuí, referente ao exercício de 1945.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, tendo o senhor Presidente marcado antes, nova reunião para hoje, à hora regimental.

João Araujo Dias — Secretário.

PARECER N.º 239 — Prefeitura de Taboiana — Pede o Prefeito de Taboiana, no processo anexo, aprovação para um projeto de decreto-lei que concede uma pensão mensal de Cr\$ 120,00 a Severino Rodrigues, extranume-

rário da mesma Repartição, onde exerce, há 10 anos, a função de Administrador do Cemitério Público, visto encontrarse invalidado para o serviço publico. O ato foi motivado por não ter sido aprovado por este Conselho o crédito pedido para pagamento da aposentadoria do referido servidor, reconhecendo-se, então, não ser possível, em face da legislação em vigor, a aposentadoria dos extranumerários.

A iniciativa em estudo é, como se vê, o meio encontrado pelo poder municipal para amparar o servidor incapaz de continuar no exercício de suas funções. E atendendo a esta circunstancia opinaria-mos favoravelmente ao projeto, se hoje não fosse possível uma solução mais justa para o assunto.

Em face do disposto no art. 23, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o extranumerário pode ser aposentado, desde que em seu favor concorrem certas condições, que, salvo melhor exame, parece existentes na hipótese. Assim sendo é justo que em vez de se conceder um favor reconheça-se o direito do beneficiário promovendo a sua aposentadoria.

Pelo exposto manifesto-me contra a aprovação do projeto e submeto á Casa esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado, aceitando o parecer do Relator, resolve negar aprovação ao projeto de decreto-lei da Prefeitura de Taboiana que concede uma pensão mensal ao extranumerário Severino Ferreira Rodrigues, visto considerar ser hoje possível a sua aposentadoria.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.
Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 240 — Prefeitura de Cajazeiras: — Por decreto n.º 2, de 12 de Setembro do corrente ano, foi desapropriada por motivo de utilidade publica, pela Prefeitura da Cidade de Cajazeiras, uma casa situada á Av. Cel. Matos, da mesma cidade. Para indenização aos proprietários do prédio, o Prefeito submeteu a este Conselho o projeto em estudo, que abre um crédito especial de Cr\$ 4.000,00.

Segundo informa a Exposição de Motivos o ato foi baixado no interesse do embele-

zamento da cidade e melhoramento da rua onde o mesmo está situado, motivos que são incluídos entre os casos considerados de utilidade publica (Decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-941, art. 5.º letra i).

Em face do exposto e da informação do Departamento das Municipalidades de que dispõe a Prefeitura de saldo liberado suficiente para a operação, manifesto-me pela aprovação do projeto e submeto ao plenário a seguinte

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Cajazeiras que abre um crédito especial de Cr\$ 4.000,00, destinado á indenização decorrente da desapropriação de uma casa situada á Av. Cel. Matos, da referida cidade.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.

Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 241 — Prefeitura de Misericórdia: — O Prefeito de Misericórdia, tendo em vista a elevação do padrão de vida atual e a circunstancia de não terem sofrido alteração, desde 1941, os vencimentos do pessoal do quadro fixo, elaborou e submeteu a este Orgão um projeto de decreto-lei que os reajusta, a partir de 1.º de janeiro próximo. Propõe-se, ainda, no projeto a extinguir o cargo de Contabilista, que se encontra vago e a criar o de Escriturário com vencimentos inferiores ao do cargo extinto.

O Departamento das Municipalidades, por sua turma competente, manifesto-se em favor do projeto e informou que a alteração na despesa não excede a percentagem fixada no art. 11, do decreto-lei n.º 99, de 25 de setembro de 1940.

O motivo invocado como justificativa para a providencia é, de fato, ponderavel e suficiente para que se aceite a medida em estudo, já tomada pela União, pelo Estado e por muitas Prefeituras.

Assim considerando, manifesto-me pela aprovação do projeto e submeto á Casa esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Misericórdia que

reajusta os vencimentos do pessoal do quadro fixo e dá outras providências.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.
Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 242 — Interventoria Federal — Dando nova redação ao art. 35, do decreto-lei n.º 67, de 28 de abril de 1945, que dispõe sobre o imposto de transmissão de propriedade "causa mortis", é o projeto de decreto-lei ora submetido a este Conselho pelo sr. Interventor Federal.

A alteração visada nenhuma modificação estabelece na cobrança do imposto destinando-se, simplesmente, a fixar novo critério na indicação do local de recolhimento do mesmo

Além da vantagem que representa para as partes, pela eleição da repartição fiscal do foro do inventário para o recolhimento, a modificação proposta removerá complicações no pagamento do imposto, o que se tem verificado sem nenhuma vantagem especial para o Estado, segundo esclarece o Diretor Geral do Departamento da Fazenda.

Em face do exposto, opino pela aprovação do projeto e submeto á Casa esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal que dá nova redação ao art. 35, do decreto-lei n.º 671, de 28 de abril de 1945.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.

Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 243 — Prefeitura de Jatobá — Prestação de Contas do Exercício de 1945 — Para a prestação de suas contas, relativas ao exercício de 1945, a Prefeitura de Jatobá apresentou uma documentação em ordem e os comprovantes da Receita e da Despesa correspondendo ás somas dos balancetes mensais.

A Receita foi estimada em Cr\$ 80.000,00 e na mesma importância foi fixada a Despesa. Entretanto, na execução do orçamento, o movimento não se limitou áquela cifra; a arrecadação atingiu Cr\$ 84.616,20 e os gastos foram até Cr\$ 90.513,10. O saldo do exercício anterior

evitou que o período em estudo fosse encerrado sob o regime deficitário.

Apesar da utilização de créditos adicionais, verificou-se excedimento de gastos em duas verbas, irregularidade esta que necessita ser corrigida para o fechamento da escrita contábil.

As quotas devidas ao Estado não foram integralmente recolhidas, existindo um saldo em favor deste no total de Cr\$ 2.835,66. Verificou-se igualmente o desprezo de normas padronizadas para a execução da lei de meios, fálha esta operada na parte da Receita com a entrada de numerário por rubricas alheias ao orçamento.

O balanço patrimonial acusou uma elevação de Cr\$ 6.578,40 em relação ao período anterior, o que representa também o resultado econômico do exercício.

Com ressalva da irregularidade constatada no encerramento do período e dos enganos de ordem técnica, nada se pode opôr contra a prestação de contas em exame, de modo que opino pela sua aprovação. É este o ponto de vista que submeto ao alto julgamento do sr. Interventor Federal.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.
Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 244 — Prefeitura de Santa Luzia do Sabugi — Prestação de Contas do exercício de 1945 — Para o ano de 1945 a Despesa e a Receita da Prefeitura de Santa Luzia do Sabugi foram fixados em igual importância, isto é, Cr\$ 212.000,00. A arrecadação, porém, atingiu a Cr\$ 151.560,00, o mesmo sucedendo com os gastos que, elevando-se à própria soma arrecadada, alcançaram Cr\$ 231.334,30. Dessa situação resultou um "deficit" na execução orçamentária de Cr\$ 16.177,70, motivado pela elevação da despesa municipal além da base prevista, e coberta com o saldo do exercício anterior.

O excesso da despesa impôs a utilização de créditos adicionais, sendo dois suplementares, na importância de Cr\$ 16.845,00, e um especial de Cr\$ 44.650,00. Tais providências não foram suficientes para que o exercício fosse encerrado normalmente. Ao contrário, verificou-se um

excedente na despesa que atingiu Cr\$ 21.501,00, não empenhada por falta de dotação. É, intenzionalmente, uma prática que não se limita ao município de Santa Luzia a de realizar a despesa sem a necessária autorização da verba, deixando-se para último lugar o que devia ser providenciado inicialmente. No caso, é indispensável uma providência destinada a regularizar a escrita contábil.

Não se procedeu o integral recolhimento das quotas devidas ao Estado, apresentando-se, em consequência, um saldo em favor deste na quantia de Cr\$ 5.626,89.

Os documentos apresentados para o exame do Departamento das Municipalidades foram considerados em ordem, coincidindo a soma da despesa e arrecadação com os totais registrados nos balancetes mensais. Verificou-se, então, que com pessoal a despesa foi de Cr\$ 118.582,80, enquanto que com obras e melhoramentos públicos atingiu apenas Cr\$ 32.560,70. Entretanto, o balanço patrimonial acusou o aumento de Cr\$ 28.938,00 em relação ao exercício anterior.

Convém ressaltar a necessidade em que se encontra a Prefeitura de assistência técnica para os serviços de contabilidade, dadas as falhas nos mesmos verificadas. A esse respeito é de se transcrever o seguinte trecho do parecer da Turma de C. e Tomada de Contas para que melhor se aprecie a oportunidade de uma providência:

"É de salientar, entretanto, que estes resultados absolutamente não se apoiam nas cifras acusadas nos balancetes confeccionados pela contabilidade da Prefeitura examinada. No exercício passado fiz ver em meu Relatório que os serviços contábeis da Edilidade em apreço, não estavam, ainda, com os devidos conhecimentos para fechamento da escrita e consequente elaboração dos Balancetes dentro das normas fazendárias e em consonância com os três sistemas de contas. Agora a mesma causa vem de se repetir, porquanto as peças que condizem com o real e exato resultado financeiro do Município e suas condições econô-

micas, não estão correspondendo com o resultado registrado em Caixa e conhecido através dos balancetes mensais. Tanto no Balanço Financeiro como na Demonstração da Conta Patrimonial, há registros cuja impropriedade altera profundamente o resultado do exercício"

São estas as considerações que me occorrê ao submeter o processo ao sr. Interventor Federal para que decida com a sua elevada compreensão e justiça.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.
Romulo Romero Rangel — Relator.

PARECER N.º 245 — Prefeitura de Cajazeiras — Com a disponibilidade financeira de Cr\$ 51.775,90, (cincoenta e um mil setecentos e setenta e cinco cruzeiros e noventa centavos), verificada no balancete de agosto próximo findo, a Prefeitura Municipal de Cajazeiras quer abrir o crédito suplementar de Cr\$ 43.000,00 às dotações orçamentárias: 86—Serviços Industriais e 88—Serviços de Utilidade Pública.

Tais serviços têm imposto maiores gastos e, assim, as respectivas estão exigindo reforço. Nêsse particular é convincente a justificação do prefeito de Cajazeiras.

A operação é legal e tentada oportunamente, sendo de notar que o Departamento das Municipalidades informa no parecer que deu sobre o assunto, que o crédito adicional em questão não excede ao total das mencionadas verbas consignadas na lei de meios em vigor da referida Edilidade.

Resultado de tudo isso que o projeto legislativo objetivo do a medida está enquadrado nos preceitos do art. 11 do decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, regulador da matéria, e, pois, merece ser aprovado.

Nêsse sentido é o parecer que submeto ao voto da Comissão a seguinte

Resolução:
Decide o Conselho Administrativo do Estado dar sua aprovação ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Cajazeiras abrindo á sua Tesouraria o crédito suplementar de Cr\$ 43.000,00, destinado ás duas

dotações orçamentárias aludidas pelo relator.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1946.
Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 246 — Prefeitura de Misericórdia — Chegou ao Conselho Administrativo e me foi distribuído, para estudo e parecer, um projeto de decreto-lei elaborado pelo prefeito do Município de Misericórdia, anulando saldos de dotações do orçamento vigente, na importância de Cr\$ 17.700,00, (dezesete mil e setecentos cruzeiros), e, com a recurso decorrente da anulação, abrindo o crédito adicional a outras consignadas na mesma lei de meios e consideradas deficientes para os serviços a que foram destinadas.

A medida em foco não é senão u'a movimentação de verbas, coisa por de mais corriqueira nas administrações públicas. Com ela, é claro, não há aumento de despesa e se visa equilibrar a execução orçamentária do Município no presente exercício.

Havendo no caso observância do disposto no art. 13 do decreto-lei estadual n.º 99, e das normas da lei federal pertinente á espécie, como acentuou o Departamento das Municipalidades, sou pela regularização da providência em debate.

Assim, proponho á Comissão esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado delibera aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Misericórdia que anula saldos de dotações do seu orçamento, na importância de Cr\$ 17.700,00 e abre crédito suplementar equivalente e outras verbas carecentes de suprimento.

Sala das Sessões do C. A. E., em 15 de outubro de 1945.
Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 247 — Interventoria Federal — Post Engineer, US Army, Parnamirim Field, em Natal, forneceu ao Estado 500 tambores de asfalto para os serviços de pavimentação da estrada João Pessoa — Cabedelo. O pagamento foi feito por intermédio do tte. cel. Domingos da Costa Moreira, (7.ª Região Militar, Destacamento de Natal), em 1945, custando o asfalto Cr\$

70.070,00 (US\$ 3.545,00). A dívida, nesse montante, foi reconhecida pelo Governo do Estado em 18 de julho deste ano e paga em 22 do mesmo mês ao capitão Jack Ellis, do Exército americano.

Agora, a Secretaria das Finanças, no intuito de regularizar a parte contábil do ato, verificou ser mister a abertura do crédito especial da referida importância providenciada esta que propôs a Interventoria Federal, juntando a minuta do respectivo projeto de decreto-lei.

Não é a destempe que se pede a abertura do aludido crédito, mas releva ponderar que a sua concessão devia ter sido solicitada primeiro ao Órgão competente, no caso este Conselho Administrativo, para então, baixado o decreto-lei pela Interventoria Federal, efetuar-se o pagamento da sua quantia.

Os créditos da natureza do de que se trata, é pacífico nos domínios da Ciência das Finanças e da Economia Pública, só ao Poder Legislativo é facultado conceder. O que quer, pois, a Interventoria Federal é a sanção por parte deste órgão da Administração do Estado do ato já levado a efeito. Como esse ato é justo, tinha que se dar, mais cedo ou mais tarde, e constitui despesa feita com uma estrada que está permitindo, por suas condições de construção, tráfego intenso e fácil em qualquer estação, expressando, portanto, ótima obra pública, opino pela aprovação do mencionado projeto legislativo.

Nesta conformidade, e embora observado tardiamente o aforismo: — *cuique suum*, ofereço à consideração do Plenário esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado decide aprovar o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal que abre a Secretaria das Finanças o crédito especial de Cr\$ 70.070,00 correspondente ao pagamento aludido no parecer do relator.

Sala das Sessões do C. A. E., em 16 de outubro de 1946.
Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 248 — Prefeitura de Esperança — O Prefeito de Esperança submeteu a este Conselho um projeto de decreto-lei que autoriza o chefe do Executivo municipal a firmar um con-

trato aditivo ao da exploração do Matadouro Público da cidade.

Examinando-se apenas um dos aspectos do instrumento que se propõe firmar o Prefeito, verifica-se que ele implica na concessão de isenção de impostos, circunstância que faz depender de autorização do sr. Presidente da República a sanção do projeto. Sendo, porém, que uma circular dirigida a este Órgão o sr. Ministro da Justiça, transmitindo decisão presidencial, recomendou a abstenção de atos dessa natureza.

Assim, sendo, opino para que se negue aprovação ao projeto e submeto ao plenário esta

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado, de acordo com o parecer do relator, resolve negar aprovação ao projeto de decreto-lei da Prefeitura de Esperança que autoriza o Prefeito a firmar contrato aditivo ao de exploração de Matadouro Público da cidade.

Sala das Sessões do C. A. E., em 16 de outubro de 1946.

Romulo Romero Rangel — Relator.

RESOLUÇÃO N.º 216 DE 16/10/1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal abrindo ao Título I — Governo do Estado — Cap. I Interventoria Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 16 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

E' aprovado o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que abre o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00 a diversas verbas do orçamento vigente, no Título I — Governo do Estado — Capítulo I.º — Interventoria Federal.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

OSWALDO PESSOA — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 16 de outubro de 1946.

JOÃO ARAUJO DIAS — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 217 DE 16/10/1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Guarabira, abrindo o crédito especial de Cr\$ 68.967,70 para pagamento

ao Estado de contribuições devidas ao exercício de 1946.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 16 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

E' aprovado o parecer n.º 226 ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Guarabira, que abre um crédito especial de Cr\$ 68.967,70, destinado ao pagamento das contribuições devidas ao Estado e relativas ao exercício de 1945.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

OSWALDO PESSOA — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 16 de outubro de 1946.

JOÃO ARAUJO DIAS — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 218 DE 16/10/1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Pombal, abrindo o crédito suplementar de Cr\$ 29.000,00 a diversas verbas do orçamento.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 16 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

E' aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Pombal, abrindo o crédito suplementar de Cr\$ 29.000,00 a diversas verbas do orçamento vigente, conforme pa-

recer numero 227, publicada no Órgão Oficial de 8 do corrente.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

OSWALDO PESSOA — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 16 de outubro de 1946.

JOÃO ARAUJO DIAS — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 219 DE 16/10/1946. — Aprova o Parecer do Relator ao processo de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Picuí, referente ao exercício de 1945.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 16 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

E' aprova o parecer do Relator sob n.º 224, ao processo numero 98, contendo a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Picuí, referente ao exercício financeiro de 1945.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

OSWALDO PESSOA — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 16 de outubro de 1946.

JOÃO ARAUJO DIAS — Secretário.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

DIVISÃO DO PESSOAL

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 16

O SECRETÁRIO DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de 1º de Outubro de 1943, resolve exonerar o sargento da Força Policial do Estado, João Batista de Oliveira, do cargo de subdelegado de Polícia do Distrito de Pirauá, Município de Umbuzeiro.

O SECRETÁRIO DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de 1º de Outubro de 1943, resolve nomear o 3º sargento da Força Policial

do Estado, Ademar Moreira Franco, para exercer o cargo de subdelegado de Polícia do Distrito de Pirauá, Município de Umbuzeiro.

O SECRETÁRIO DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA, usando das suas atribuições, resolve designar o auxiliar contratado Maria Tereza Arcoverde, com exercício no Conselho Penitenciário, para responder pelo expediente do Secretário do mesmo Conselho, durante o impedimento do respectivo titular.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 16

Petições:
De — Maria de Freitas Figueiredo, Atendente classe B, requerendo licença para tratamento de saúde.

Submeta-se a inspeção médica no Centro de Saúde desta capital.

De — Vitor Pereira da Silva, extranumerário diarista, requerendo prorrogação de licença — Igual despacho.

De — Liliosa Raimundo Borges, Professor padrão "A", requerendo licença de acordo com o art. 163 do E. F. Submeta-se a inspeção médica no Posto de Higiene de Areia.

Processo nº 2418/46 — D. S. P. — Honorina de Amorim Coura, professor padrão "A", solicitando aposentadoria.

Constatada a impossibili-

dade da requerente de locomover-se até esta capital para no Centro de Saúde de submeter-se á respectiva inspeção de saúde, o D.S.P. elaborou o expediente relativo á composição da junta médica que deverá examinar a interessada para feitura de aposentadoria na cidade de Campina Grande, onde se encontra.

Nestas condições, submeto á consideração do Senhor Interventor Federal o processo em apreço.

D. S. P., em 30 de setembro de 1946.

OTAVIO COSTA: — Diretor Geral.

Aprovo. ELI 30.9.46: (as.) — JOSÉ GOMES DA SILVA.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

NOTA DO GABINETE — MENSAGENS DE FELICITAÇÕES RECEBIDAS PELO DR. OSIAS GOMES

O dr. Osias Gomes, Secretário do Interior e Segurança Pública, recebeu do desembargador Braz Baracuby, Presidente do Tribunal de Apelação deste Estado, um telegrama de felicitações por motivo de sua nomeação para aquele cargo. Pessoalmente o cumprimentaram os drs. Julio Rique Filho, Manoel de Vasconcelos Maia e Clímaco Xavier da Cunha, Juizes de direito da comarca da capital, e ainda o dr. Luizo de Miranda Lemos, Juiz de Direito da comarca de Areia.

E ontem, durante o expediente da Secretaria, recebeu a visita do dr. Rivaldo Pereira, Juiz de Direito da comarca de Jatobá, com quem conversou demoradamente.

O dr. Osias Gomes, Secretário do Interior e Segurança Pública, recebeu ainda do dr. Juiz de Direito de Mamanguape a seguinte carta a propósito de sua investidura na Direção daquele Departamento Público: "Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Segurança Pública — João Pessoa. Apraz-me responder aos ter-

mos cativantes da comunicação especial feita a este Juizo de haver V. Excia. assumido o posto de alta confiança que lhe foi conferido pelo atual Governador do Estado.

Congratulando-me com esse gesto do Sr. Interventor, pondo a cargo de pessoa reconhecidamente idônea os destinos em particular da Justiça em nosso Estado, sinto-me a vontade para agradecer penhorado os termos do referido despacho, formulando os melhores votos para que nas novas funções assumidas, possa V. Excia. reafirmar a atitude sempre digna que vem mantendo no emprego de prestigiar e garantir os predicamentos de uma magistratura que V. Excia. no caráter de causidico illustre vem sempre acatando e ao mesmo tempo ilustrando em suas decisões com as luzes do espirito iluminado e afeto nessa outra magistratura que V. Excia. membro conspícuo em nosso Estado.

Cordialíssimas saudações.

(as.) Manuel Simplicio Paiva — Juiz de Direito Mamanguape 12-10-46.

DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL

EXPEDIENTE DO CHEFE DE POLICIA DO DIA 16
O Chefe de Policia do Estado, no uso de suas atribuições e de acordo com

o art. 7º, do Decreto-lei nº 478 de 1º de outubro do ano de 1943, resolve exonerar o sargento da Força Policial do Estado José Alves de Lira do cargo

de 1º suplente de delegado de policia do Municipio de Patos.

SEVERINO GOMES PROCOPIO: — Chefe de Policia.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 6

Petições Despachadas:

De Severina Amélia de Menezes, domestica, residente ava. General Ozório nº 406, requerendo uma carteira de identidade. Despacho — Como requer.

De Honorio José de Lima, agricultor, residente em Mamanguape, no mesmo sentido — Igual despacho. De Vicente de Paula Passos, alfaiate, residente ava. Minas Gerais nº 702, em igual sentido — Igual despacho.

De José das Neves Santos, funcionário publico, residente ava. Joaquim Torres nº 117, no mesmo sentido — Igual despacho.

De João José de Oliveira, agricultor, residente em Santa Rita — Idem no mesmo sentido — Igual despacho.

De José Joaquim de Araújo, agricultor, residente em Ibiapinópolis — Idem idem no mesmo sentido — Igual despacho.

Carteiras Expedidas:

Receberam suas carteiras de identidade anteriormente requeridas as seguintes pessoas: Luiz Tomé de Arruda, Clovis Dias de Lima, Ivanise Ferreira da Silva, Reinaldo da Silva Mateus e Severino Martins dos Santos.

Petições Informadas:

Transitaram por este Instituto, a-fim de serem de-

vidamente informadas, petições pertencentes a Nilson Pessoa Guedes Pereira, Antonio de Padua Mendes, José Severino da Silva, Antonio Guilherme da Rocha, Francisco Rufo Correia Lima, Aginaldo Sizenando Costa, José Francisco do Amaral, João Lima de Carvalho, Olivaldo Ribeiro Lima e Mariano Caetano dos Santos, todos requerendo atestados de conduta e antecedentes criminaes ao Sr. Dr. Delegado Especial de Investigações Capturas da Capital.

Exames Periciais:

Pelos Médicos Legistas, foram submetidas a exames periciais Elza Rodrigues dos Santos e Manoel Sebastião da Silva.

Comunicação:

O sr. Capitão Irineu Rangel de Farias, Diretor da Casa de Detenção, pela parte diaria sob nº 277, cientificou ao Sr. Dr. Diretor do Instituto Médico Legal que por conclusão da pena a que fôra condenado, foi posto em liberdade o réu Renato Batista da Silva, vulgo "Graúna" e por livramento condicional o sentenciado Inacio de Souza Ramos, também conhecido por Inácio Ramos de Sousa, condenado pela Comarca de Cabeceiras. Comunicou ainda que permanecê ali recolhido 360 presidiários em cumprimento de pena: A vista da comunicação acima, determinou o Sr. Diretor fôsse feito os devidos assentamentos nos prontuários dos aludidos presos.

Em 16 de Outubro de 1946.

(Visto:) — Dr. HIGINO DA COSTA BRITO.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DA TESOURARIA DA DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL, CORRESPONDENTE AO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1946

RECEITA		DESPESA	
Recebido:			
Publicações	365,20		365,20
Resumo:			
Recolhido até o dia 15 do corrente	125.629,40		
Idem no dia 16	365,20		125.994,60

Divisão de Imprensa Oficial — João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

RAFAEL DA SILVEIRA — Tesoureiro.
Visto: — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA — Diretor Geral.

CONSELHO PENITENCIARIO DO ESTADO

SESSÃO ORDINARIA

Reune-se hoje no local do costume às 14 horas em sessão ordinária, o Conselho Penitenciário do Estado, para o julga-

mento de processos de livramento condicional e de graça ou indulto.

O Dr. Presidente encarece o comparecimento de todos os conselheiros.

SECRETARIA DAS FINANÇAS

DEPARTAMENTO DA FAZENDA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 14 DO CORRENTE MÊS

RECEITA :		
Saldo anterior		766.068,00
Recebedoria de J. Pessoa — P/c arr. do dia 12	39.900,00	
Rep. Serv. Electricos — P/c arr. do exercício	183.374,00	
A mesma — Idem	497.592,60	
Colet. Est. de Esperança — P/c arr.	20.000,00	
Colet. Est. de Caiçara — P/c arr. de setembro	28.394,70	
Colet. Est. de Cabaceiras — Idem	18.000,00	
Colet. Est. de Serraria — Idem	9.248,70	
Imprensa Oficial — Renda do dia 12	320,00	
Moises Bernardino da Silva — Renda industrial	10,00	
José Targino da Silva — Idem	10,00	
Euridice de Figueiredo Viana — Saldo de adiantamento	3,00	
José Lianza Filho — Idem	11.400,90	
Rivaldo Ferreira Soares — Idem	0,90	
José Cavallante Chaves — Idem	602,20	
Antonio Marinho Falsão — Descontos	82,50	
Benedito C. Guedes — Divida ativa	187,00	
Lacy Neves — Idem	83,00	
José Silva — Tecidos S. A. Imp. 5% S. Ind. e Profissões	2.558,80	
Idem, Idem	1.606,80	
Joaquim Costa — Imposto de selo	1.900,00	
O mesmo — Idem	1.900,00	817.178,40
TOTAL		1.583.246,40

DESPESA

4923 — José Justino Filho — Conta	1.107,40	
4985 — A. Lucena & CIA — Idem	4.559,60	
4811 — José Silva — Tecidos S. A. — Idem	32.136,00	
4808 — José Silva — Tecidos S. A. — Idem	51.160,00	
4860 — Orlando Cordeiro de Araujo — Desp. realizadas	226.356,40	
4636 — O mesmo — Idem	256.863,20	
4842 — O mesmo — Idem	14.373,00	
4922 — Arnaldo de Barros Moreira (Dep. de Educação) — Adiantamento	13.077,00	
5043 — Antonio Laetson Sales (Dep. de Saude) — Idem	309,00	
4947 — Rep. Serv. Electricos (José C. Chaves) — Folha de pagamento	45.189,00	
4716 — Rep. Serv. Electricos — Idem, Idem	44.664,50	
4635 — Rep. Serv. Electricos — Idem, Idem	41.013,80	
4046 — Rep. Serv. Electricos — Idem, Idem	46.506,70	
5042 — Stelio Marinho Falcão — Diárias	2.800,00	
5041 — Hedy Nobrega Seixas — Dif. de vencimentos	1.863,00	
4445 — José Silva — Tecidos S. A. — Rest. de caução	5.164,90	793.134,50
Saldo balanceado		790.111,90

TOTAL 1.583.246,40
Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 14 de outubro de 1946.

INACIO GOUVEIA — Resp. pela Tesouraria Geral
Visto — J. FLORENTINO JUNIOR, Diretor Geral

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 15 DO CORRENTE MÊS

RECEITA

Saldo anterior		790.111,90
Recebedoria de João Pessoa — P/c arr. do dia 14	42.900,00	
Colet. Est. de Santa Rita — P/c arr. do mês	62.000,00	
Colet. Est. de Bananeiras — P/c arr. de setembro	20.000,00	
Rep. Saneamento de J. Pessoa — Renda dias 1 a 5	24.022,40	
Imprensa Oficial — Renda dia 14	1.014,00	
Delegacia de Transito e Vigilancia — Taxa Serv. de Transito	450,00	
Antonio Rosalvo Queiroz de Araujo — Renda industrial	10,00	
Milton Torres Galvão — Idem	10,00	
José da Silva Lucena — Saldo de adiantamento	10,00	
Geroncio Estanislau da Nobrega — Idem	59,20	
João Americo Ribeiro e outros — Divida ativa	187,00	
Inácio Gouveia (B. do Estado) — Restituição	747,40	151.410,00
TOTAL		941.521,90

DESPESA

4999 — Cia. Nacional de Navegação Costeira — Conta	931,60	
5013 — Standard Oil Company of Brazil — Idem	6.840,00	
4975 — Standard Oil Company of Brazil — Idem	6.560,00	
5005 — Souza Campos & Cia. Ltda. — Idem	217,00	
5008 — Souza Campos & Cia. Ltda. — Idem	2.403,70	
5007 — Souza Campos & Cia. Ltda. — Idem	660,00	
4523 — Araujo & Cia. — Idem	22,00	
4216 — Araujo & Cia. — Idem	932,00	
5010 — Araujo & Cia. — Idem	14.014,00	
4806 — Carlos Oertli Tecidos S. A. — Idem	140,00	
4973 — George Cunha — Idem	15.819,60	
5016 — José Araujo — Idem	1.000,00	
4535 — E. Leão — Idem	820,00	
4989 — Dias Galvão & Cia. — Idem	6.040,00	
5044 — Samuel Brito — Idem	15.863,00	
5046 — José Cavalcanti Chaves — Desp. realizadas	668,80	
4926 — Pedro Freire de Mendonça — Idem	15.000,00	
5023 — José Cavalcanti Chaves (D. V. O. P.) — Adiantamento	20.000,00	
5061 — Possidônio Augusto de Almeida (Dep. de Educação) — Idem	800,00	
5082 — Jurandir Costa (Conselho Administrativo) — Idem	150,00	
4937 — Luiz Andrade — Diárias	90,00	
5033 — Dep. da Produção (José C. Chaves) — Folha de pagamento	1.215,00	
5060 — Funcionários de Dep. de Saude — Idem	310,00	
5048 — Dep. da Produção — Idem — Folha de gratificação	400,00	
5077 — João Cirilo Soares da Silveira — Dep. de custo	265,00	111.091,70
Saldo balanceado		830.430,20

TOTAL 941.521,90

Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 15 de outubro de 1946

INACIO GOUVEIA — Resp. pela Tesouraria Geral.
Visto — J. FLORENTINO JUNIOR, Diretor Geral

**COMUNICADO DE CONTRIBU-
INTES**
13 Sessão ordinaria, em Aberta a sessão, às 15 horas, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Compareceram os senhores dr. Luiz Galvão, F. Guimaraes Nobrega e Lin-

dolfo de Carvalho. A Secretaria, o senhor Otávio Marinho Trigueiro.
Deram-se, em seguida, as ocorrências abaixo.
Assinatura de acordãos:

— Proc. n.º 8.176, de João Pessoa. Relator sr. F. Guimarães Nóbrega. Recorrente afirma Nicolau da Costa, desta praça. Recorrida a Recebedoria de João Pessoa. — Foi assinado o respectivo acórdão

Julgamentos: — Proc. n.º 2.1015, da Capital. Relator dr. Luiz Galvão. Recorrente a firma Sousa Campos & Cia. Ltda, desta praça.

Recorrida a Recebedoria de João Pessoa. — Deu-se provimento em parte ao recurso, unanimemente:

Proc. n.º 13.628. Relator sr. F. Guimarães Nóbrega. Recorrente "ex-officio" a C. E. de Piancó. Recorrida a firma João Inácio de Sousa. — Confirmou-se a decisão recorrida, por unanimidade de votos.

Proc. n.º 12.872. Relator o mesmo. Recorrente "ex-officio" a C. E. de Caiçara. Recorrida a firma Arruda & Cia. — Negou-se provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida, por unanimidade de votos.

da atribuição que lhe confere o inciso III, art. 7º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acórdão com o art. 15 item V, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, combinado com o art. 1º, do decreto-lei n.º 651, de 7 de fevereiro de 1945, Erme- linda Ivete Vilar de Queiroz, professor padrão "A", do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento de Educação, com exercício na escola rudimentar mista de Lagôa Queimada, do município de Batalhão.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 16

Petição:

Maria do Carmo Sá, professora padrão A, do quadro Unico do Estado, com exercício na escola rudimentar mista de Cajá, município de Catolé do Rocha, requerendo abono de 14 faltas dadas no mês de Setembro p. passado.

Despacho: — deferido 3 faltas de acordo com a lei.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 16

Portaria:

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve tornar sem efeito o ato n.º 1030, de 9/10/1946, em que designou Inez Pereira de Lima, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Riachão, do município de Monteiro.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Antonia Leite Ramalho, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista do Bairro São José, do município de Coqueiros.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Inez Pereira de Lima, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária

mista da Fazenda Garnaíba, do município de Monteiro.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, art. 7º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve remover, ex-officio, no interesse da administração, de acórdão com o artigo 72, item I, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Beatriz Loureiro Lopes, ocupante do cargo de classe "D", da carreira de Professor, do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento de Educação, do Grupo Escolar "Ademar Leite", da cidade de Piancó, para o Grupo Escolar "Rio Branco", da cidade de Patos.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, art. 7º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acórdão com o art. 15, item V, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, combinado com o art. 1º, do decreto-lei 651 de 7 de fevereiro de 1945, Rita Torres Vilar para substituir durante o seu impedimento Umbelina Vilar de Queiroz professor padrão "A", do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento de Educação, com exercício na escola rudimentar mista de Cachoeira, do município de Batalhão.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A propósito da verificação de uma doença vitimadora de subitamente, os rebANHOS coprimos no município de Monteiro, a Secretaria da Agricultura, em colaboração com a Inspetoria de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura (sediada em Recife), tomou as providências de combate, tendo enviado àquele Município técnicos do Departamento da Produção, cujo relatório se publica a seguir:

Atendendo a um pedido que me foi dirigido em nome do Exmo. Sr. Secretário interino da Agricultura, pelo dr. Manuel Tavares Cavalcanti, M. D. Diretor do Departamento da Produção, estive no dia 2 do corrente acompanhado do dr. Carlos Faria, no Município de Monteiro, a fim de inspecionar os rebanhos e verificar a causa da mortandade de caprinos que vem se observando naquele prospero Município, com grandes prejuizos para os criadores.

FAZENDAS VISITADAS:

— Visitamos logo que chegamos a Fazenda do sr. Jayme Menezes. Apesar da escassez de pastagem motivada pelo mau inverno deste ano e a longa estiagem, o gado bovino dessa Fazenda se encontra em boas condições de nutrição e sanidade.

Inspeccionando os caprinos, observamos muitos atacados de verminose e ecto-parasitas (piolhos). É sabido que estes, quando em grande numero, ocasionam perda do apetite e emagrecimento, tornando otimas as condições organicas para o desenvolvimento de outras afecções.

As primeiras providências tomadas consistiram na administração de "Fenotiazina", moderno e afamado vermifugo, a alguns doentes. Em seguida, foi ins- truido o encarregado da Fazenda a respeito do combate aos piolhos e aconselhado a prosseguir na administração de vermifugos.

Visitamos depois as fazendas do sr. Alcindo B. Menezes, observando que os rebanhos bovinos e ovinos se achavam em condições de sanidade. Entretanto, não eram iguais as condições do rebanho caprino da Fazenda localizada na serra, de propriedade daquele senhor.

VERMINOSE: — Vimos grande numero de animais doentes, apresentando o quadro clinico tipico de verminose, como sejam: magreza, pelo arrepiado, tristeza, sêda intensa, febre, falta de apetite, olhos fechados e lacrimejantes, cabeça inchada, glandula submaxilar aumentada de volume (papeira) e anemia.

Sacrificando um doente e feita a respectiva autopsia, constatamos: sangue ralo e a existência de grande quantidade de água na cavidade abdominal, sintoma este que os mestres denominaram "hidrismo ou cachexia aquosa, que é causada pela verminose. Conseguimos ver alguns vermes brancos, recurvados na sua extremidade, do tamanho de 15 a 25 m. m. colhidos no intestino delgado e no grosso intestino, parecendo-nos ser da super-familia strongyloidea.

Para confirmar o nosso diagnostico, notamos na mucosa intestinal a presença de muitos nódulos, que caracterizam a existência do *Oesophagostomum venulosum*, que se acha dessa forma encistado, sendo a cabra o seu hospedador. Colhido o material e feitas dias depois as pesquisas

no Laboratório do Departamento de Saúde do Estado, não deram resultado positivo, embora tivéssemos encontrado vermes.

É sabido que estes depois de mortos se dissolvem no conteúdo estomacal ou intestinal, prejudicando as provas de laboratório.

A estrongilose é uma afecção comum em todo o país, de disseminação fácil e rápida e que, quando ataca em caráter epizootico, chega a dizimar cerca de 50% do efetivo do rebanho deixando o restante desvalorizado pela magreza.

Tendo notado na referida Fazenda a existência de uma lagoa, coberta de vegetação aquática, onde os caprinos se abeberavam, a qual constituía um temível foco de inração e reinfestação de vermes, aconselhamos ao proprietário mandar drená-la como medida profilática de alta importância.

TRATAMENTO: — Foi aconselhado ao proprietário tomar as seguintes providências:

1º) — dar vermifugos aos doentes, de preferência sulfato de cobre em solução a 1%, na dose de 100 cm³ para animal adulto, e metade para os animais novos;

2º) — transferir os caprinos dessa Fazenda para outra que tenha pastagem em terrenos secos;

3º) — isolar os doentes;

4º) — fortificar os animais doentes, dando-lhes boa alimentação.

Alguns autores recomendam ainda não dar água aos doentes de cachexia aquosa ou hidrismo, ou dar muito pouco água e limpa, afim de que o organismo reabsorva a água existente em seus tecidos e na cavidade abdominal.

FEBRE AFTOSA: — Um surto de febre aftosa irrompeu dias antes entre os caprinos, causando grandes prejuízos, conforme informações que tivemos de criadores do Município.

O índice de mortalidade assim se elevou, pois é sabido que os animais novos, devido a sua pouca resistência, pagam pesado tributo a essa afecção, conhecida lá pelo nome de **baba**.

Os que resistiram, ficaram enfraquecidos e sujeitos às outras molestias, daí seqüencia de mortes na criação meada.

Terminando, sou de parecer que a Secretaria da Agricultura, por intermédio do Departamento da Produção providencie:

1º) — a remessa para o Recife de 2 ou 3 caprinos doentes afim de serem feitas as pesquisas de laboratório no Instituto de Pesquisas, ou na Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Animal;

2º) — enquanto não se procedem estas provas, deve ser feita o mais breve possível, farta distribui-

ção de vermifugos aos pequenos criadores, por intermédio da Prefeitura local.

Apresento a V. Excia. os meus protestos de ele-

vada consideração.
João Pessoa, 14 de Outubro de 1946.

a) — FRANCISCO XAVIER PEDROSA: — Medico Veterinario.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

EXPEDIENTE DA PRESIDENCIA DO DIA 16:
Petições:
N.º 1276, de Lavinia Boto de Menezes — Deferido.

FOLHETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1946

RECEITA	
Receita Ordinaria	
Premios de Seguros	405,00
RECEITA PATRIMONIAL	
Juros de Empréstimos Rápidos	93,00
	498,00

RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA	
Tercer do Estado c/mov.	7.694,40
Empréstimos a Longo Prazo	50,00
Vendas de Casas a Prazo	240,00
	7.984,40

Soma da Receita do dia	8.482,40
Saldo do dia 14	57.592,70
	66.075,10

Saldo nos Bancos	69.740,40
	135.815,50

TOTAL

DESPESA:	
Despesa Administrativa:	
Diversos	4,00
	4,00

DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA	
Empréstimos Rápidos	3.500,00
Imóveis	11.400,00
	14.900,00

Soma da Despesa do dia	14.904,00
Saldo para o dia 15, em Caixa	51.171,10
	66.075,10

Saldo nos Bancos	69.740,40
	135.815,50

TOTAL

Montepio do Estado da Paraíba, em 15 de outubro de 1946.
VICENTE LOMBARDI — Tesoureiro
Confere — NAPOLEAO CRISPIM — Chefe de Secção.
Vis.o — EUGENIO DE OLIVEIRA — Presidente.

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 16:

Petições:
N.º 6627 de Francisco Ribeiro da Silva. N.º 6608 de Severina Ramos Cabral. N.º 6617 de João José da Silva. N.º 6597 de José Abraão de Lima — Deferido.

N.º 6640 de Negromente & Cia. N.º 6637 de Miguel & Telles. N.º 6583 de Francisco Presalina Pessoa Cabral. N.º 6607 de João Tomaz de Oliveira. N.º 6595 de Sergio Barbosa dos Santos. N.º 6613 de Isabel dos Santos. N.º 6585 de José Arrigo de Luna — Deferido, pagando o que de direito.

N.º 5337 de Luiz Gonzaga da Silva. — *Anotar-se de acordo com o parecer do Departamento Legal.*

N.º 6449 de Rosa Caetano de Lima — *De acordo. Dê-se ciência à interessada.*

Ficam convidados a comparecer ao Departamento Legal desta Prefeitura, sr. Venancio Viana de Medeiros e D. Judith Estelita Lins Marques.

Portaria:
O Prefeito do Município de João Pessoa, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso V, do artigo 12, do decreto-

lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve designar Genival da Nobrega Chaves, Arquivista Padrão "B", desta Prefeitura, para substituir o Chefe do Serviço de Comunicações, que se acha em gozo de férias regulamentares.

NOTA DO GABINETE DO PREFEITO

Foram recebidas pelo Sr. Prefeito Municipal, no dia de ontem, as seguintes pessoas:

Sr. João Mendes, Josefa Gomes Ferreira, Severina Matias dos Santos, Maria Juliana da Silva, Manuel Eloi, Maria Nicolau, Juracy Pereira Pajuaba, Francisca de Araujo, José Gomes, Benedito Pires Ferreira,

Maria de Lourdes Franca, Severina Xavier, Augusta de Oliveira, Maria do Nascimento Costa, Juliana Marques da Silva, Amarília da Silva, Orjbes Silveira, Alexandre de Luna Freire, João Tomé de Arruda, Edgar Sales de Miranda Henriques e Antonio Marques.

O Sr. Prefeito Municipal, recebeu ontem, em seu gabinete uma comissão da Escola de Aplicação, a qual veio especialmente convidá-lo a assistir o encerramento da Semana da Criança a realizar-se hoje às 10 horas. A referida comissão é composta dos seguintes membros: senhoritas Azenete Tolé-

do, Elisete Macêdo e Cléa Leal Dias Gomes.

Em visita ao sr. Prefeito estiveram as seguintes pessoas: sr. Audemar Peregrino, gerente da Sul America, nesta capital, co-

merciante Nicolau Costa e Benjamin Maia, conego José Coutinho, professor João da Cunha Vinagre, dr. Jofre de Albuquerque, diretor da Estatística Federal, e dr. Fernando Barbosa, secretário dos Negócios Municipais, de Sapé.

Receita do dia 15	7.164,90
TOTAL	20.841,70
DESPESA	
Pago a Nestor Pinto de Figueiredo e a mais dois funcionários, gratificação por serviço extraordinário	226,00
Idem a Sebastião Castelo Branco da Silva, adiantamento para compra de leite destinado às crianças pobres da vila de Cabedelo	2.170,00
Idem ao mesmo, adiantamento para compra de medicamentos destinados a servidores da D. M. C.	400,00
Idem ao mesmo, adiantamento para despesas miudas da D. M. C.	300,00
Idem ao mesmo, adiantamento para aquisição de forragem destinada animais da limpeza publica da D. M. C.	400,00
Idem a João Nabuco da Costa, percentagem sobre multas	130,00
Idem ao mesmo, percentagem sobre impostos	264,20
Idem a José da Veiga Pessoa, gratificação por serviço extraordinário	82,50
Idem a Otavio de Figueiredo Lima, adiantamento destinado ao pagamento de fazenda adquirida para confecção de um palanque armado no dia 7 de setembro ultimo	440,80
Saldo balanceado	16.427,70
TOTAL	20.841,70
DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Depósitos de Diversas Origens	3.580,10
A favor de Instituições de Previdência Social	2.794,80
Saldo disponível	10.052,80
Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 15 de outubro de 1946. GENTIL FERNANDES — Tesoureiro. Visto — EMILIO DE ARAUJO CHAVES, Secretário Geral	

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1946

RECEITA	
Saldo do dia 12	7.318,60
Receita do dia 14	6.529,20
TOTAL	13.847,80
DESPESA	
Pago ao Cabo Severino Santiago da Silva, auxílio destinado ao fornecimento de refeições a soldados que escoltam detentos a serviço desta Prefeitura	171,00
Saldo balanceado	13.676,80
TOTAL	13.847,80
DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Depósitos de Diversas Origens	3.580,10
A favor de Instituições de Previdência Social	2.794,80
Saldo Disponível	7.302,90

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 14 de outubro de 1946.
 GENTIL FERNANDES — Tesoureiro
 Visto — EMILIO DE ARAUJO CHAVES — Secretário.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1946

Saldo do dia 14	13.676,80
-----------------	-----------

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
 MOVIMENTO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 1946

VISITA DE CORTEZIA E AGRADECIMENTO

No Gabinete da Presidência, em visita de cortezia ao exmo. des. Presidente do Tribunal, estiveram o dr. José Teixeira de Vasconcelos, sua exma. sra. d. Alice Sá Andrade Teixeira de Vasconcelos e d. Candida de Sá Andrade, que agradeceram a sua excia. a homenagem da oposição do retrato, em um dos salões do Tribunal de Justiça, do exmo. des. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade, sogro e pai dos distintos visitantes e primeiro presidente do antigo Superior Tribunal de Justiça, no período republicano.

TRIBUNAL PLENO

35.ª sessão ordinária, em 16 de outubro de 1946
 Presidência do exmo. des. Braz Baracuhy.

Secretário: Dr. Euripedes Tavares.

Lida foi aprovada a ata da reunião anterior.

Antes do julgamento do recurso em pauta, o exmo. des. Presidente do Tribunal, na forma do art. 115 da nova Constituição Federal, procedeu, por serrutório secreto, a escolha dos nomes dos bachareis para substitutos dos cidadãos de notavel saber juridico e de reputação ilibada, afim de completar a composição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

Foram escolhidos os beis: Otavio Celso de Novais, João Navarro Filho, Vanberto Augusto Costa, Giacomo Porto, Washington Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Gonzaga de Oliveira Lima.

A seguir deu-se o seguinte julgamento:

Recurso de despacho da Presidência n.º 15, no processo de férias n.º 5, de João Pessoa. Relator des. Agripino Barros.

Recorrente o bel. Sinval Fernandes, Juiz de Direito da comarca de Maguari.

Deu-se provimento, contra os votos dos exmos. desembargadores Severino Montenegro e José Floscolo da Nobrega. Presidiu o julgamento o exmo des. Flodoardo Lima da Silveira.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 16 DE OUTUBRO DESPACHOS

Recurso criminal n.º 566, de Alagoa Grande. Relator des. Paulo Bezerril. Recorrente Julio Gonçalves da Costa; recorrida a Justiça Pública.

Apelação criminal n.º 1265, d. Catel do Rocha. Relator des. José de Farias. Apelante o Promotor Público; apelado Ovídio Fernandes Bezerra.

Apelação criminal n.º 1229, de Sapé. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante o adjunto de Promotor Público; apelado Francisco Felix.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Frota, Geral Substituto.

PARECERES

Apelação criminal n.º 1126, de Alagoa Nova. Relator des. José de Farias. Apelante, Elma Maria da Conceição; apelado o Juiz.

Agravo de petição civil n.º 872, de Sapé. Relator des. Paulo Bezerril. Agravante Francisco de Almeida; agravado Odilon Alves Coelho.

Apelação civil n.º 1138, de Campina Grande. Relator des. Agripino Barros. Apelante o Juizo; apelados José Paulino e sua mulher.

Devovidos com os respectivos pareceres.

Apelação criminal n.º 1230, de João Pessoa. Relator des. José Floscolo. Apelante o l.º Promotor Público; apelado Rui Andrade de Albuquerque.

O substituto do l.º Promotor Público da Capital, devolveu os autos com o seu parecer.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA DO DIA 16 DE OUTUBRO

Recurso extraordinário nos autos de embargos infringentes

n.º 52, na apelação cível, n.º 1017 de João Pessoa. Recorrente dr. João Meira de Menezes; recorrido o Estado da Paraíba.

Subam os autos à Secretaria do Supremo Tribunal Federal, depois de selados, contados e preparados.

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE DE SORTEIO DO DIA

16/10/46

Ação rescisória n.º 51, de João Pessoa. Relator: des. Agripino Barros. Autor: Silvestre Rodrigues de Carvalho. Réus: José Pereira de Lima e outros.

Revisão criminal n.º 678, de João Pessoa. Relator: des. Agripino Barros. Requerente: Cicero Mendes da Silva.

Recurso de despacho da Presidência n.º 17, nos embargos infringentes n.º 55, da comarca de João Pessoa. Relator: des. José de Farias. Recorrente Adelino Honório. Recorrido: A. C. Pereira Gomes.

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 1946:

Recurso extraordinário n.º 1097, nos autos de apelação criminal n.º 1097, de Campina Grande. Recorrente José Bezerra de Lima; recorrida a Justiça Pública.

Selados, contados e preparados, subam à Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Petição de José de Miranda Henriques, assistente judiciário de Manuel Porfírio Bezerra, pedindo desentranhamento de documentos.

Nos autos, como requer, fi-

cando recibo nos autos.

EDITAL N.º 199

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 23 de outubro corrente para o seguinte julgamento pelo Tribunal Pleno:

Revisão criminal n.º 654, de Teixeira. Relator des. José Floscolo. Requerente Raimundo Pereira da Silva.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital.

Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

EURIPEDES TAVARES — Secretário.

TERCEIRA CAMARA

19.ª sessão ordinária, em 16 de outubro de 1946

Presidência do exmo. des. Braz Baracuhy.

Secretário: Dr. Euripedes Tavares.

Lida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Foi submetido a julgamento o seguinte recurso:

Relatório n.º 45, remetido ao Tribunal pelo dr. Juiz Corregedor, procedente da comarca de Caicára.

Mandou-se arquivar o relatório.

ENTRADA E REGISTRO DE PROCESSOS

Deu entrada na portaria do Tribunal de Justiça, e foi registrado, em protocolo, em 15 de outubro de 1946, o seguinte recurso:

Requerente: Benhamim Trigueiro Lins.

juiz Renato Teixeira Bastos.

d) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1049. Procedência: Juízo Eleitoral da 2.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

e) — Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1653, 1657 e 1661. Procedência: Juízo Eleitoral da 18.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligência, unanimemente.

f) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1670. Procedência: Juízo Eleitoral da 29.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

— O Tribunal mandou excluir o eleitor, unanimemente.

g) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1683. Procedência: Juízo Eleitoral da 42.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligência, unanimemente.

h) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1634. Procedência: Juízo Eleitoral da 42.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligência, unanimemente.

i) — Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1762, 1766, 1770 e 1774. Procedência: Juízo Eleitoral da 17.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

— O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

j) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1811. Procedência: Juízo Eleitoral da 19.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, contra os votos do relator e do juiz Climaco Xavier da Cunha. Será relator da decisão o juiz Renato Teixeira Bastos.

k) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1812. Procedência: Juízo Eleitoral da 19.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, contra os votos dos juizes Climaco Xavier da Cunha e Julio Rique Filho.

l) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1813. Procedência: Juízo Eleitoral da 19.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, contra os vo-

tos dos juizes Climaco Xavier da Cunha e Julio Rique Filho.

m) — Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1814 e 1810. Procedência: Juízo Eleitoral da 19.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, contra os votos do relator e do juiz Julio Rique Filho. Será relator da decisão o juiz Renato Teixeira Bastos.

JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA A SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1946:

Juiz José de Farias: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1456, 1665, 1681, 1757 e 1761, procedentes dos juízos eleitorais das 11.ª, 18.ª, 32.ª, 17.ª e 17.ª zonas, respectivamente; cancelamento de título eleitoral n.º 1821, procedente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Juiz Climaco Xavier da Cunha: Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1682, e cancelamento de título eleitoral n.º 1838, procedentes dos juízos eleitorais das 32.ª e 14.ª zonas, respectivamente.

Juiz Julio Rique Filho: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1460, 1468, 1671, 1795 e 1799, procedentes dos juízos eleitorais das 11.ª, 11.ª, 29.ª, 19.ª e 19.ª zonas, respectivamente.

Juiz Renato Teixeira Bastos: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1660 e 1680, procedentes dos juízos eleitorais das 15.ª e 32.ª zonas, respectivamente, e revisão de qualificação "ex-officio" n.º 1836, procedente do juízo eleitoral da 5.ª zona.

EDITAL N.º 111

Qualificação "ex-officio"

De ordem do exmo. Juiz Renato Teixeira Bastos, membro deste Tribunal Regional, faço público, para conhecimento dos interessados, conforme determina o § 4.º do art. 12 das Instruções para o alistamento eleitoral aprovadas pela Resolução n.º 809 do Tribunal Superior Eleitoral, que pelo Contador Seccional junto à Diretoria Regional dos Correios e Telegrafos, neste Estado, foi remetida a seguinte lista de funcionários daquela Contadoria, para qualificação "ex-officio":

1 — Juiz Teixeira Machado. Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral no Estado da Paraíba, em João Pessoa 16 de outubro de 1946 — **JOSÉ BATISTA DE MELO** — Secretário.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

123.ª sessão ordinária, realizada em 16 de outubro de 1946

Presidente: Des. Flodardo Lima da Silveira.

Secretário: José Batista de Melo.

Presentes: Os Juizes des. José de Farias e drs. Climaco Xavier da Cunha, Julio Rique Filho e Renato Teixeira Bastos e o Procurador Regional substituto dr. Severino Pessoa Guimarães.

Foram tomadas as seguintes resoluções:

a) — Consulta n.º 1833. Consultante: Juiz Eleitoral da 9.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal respondeu que a entrega de título de eleitor inscrito a requerimento em

1946, não depende de petição do mesmo eleitor.

b) — Recurso de decisão de juiz eleitoral n.º 219. Recorrente: Partido Social Democrático. Recorrido: Juízo Eleitoral da 1.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal deu provimento ao recurso votando com restrição o juiz Climaco Xavier da Cunha.

c) — Recurso de decisão de juiz eleitoral n.º 223. Recorrente: Partido Social Democrático. Recorrido: Juízo Eleitoral da 1.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligência, contra o voto do relator. Foi designado para lavrar a decisão o

CARTÓRIO ELEITORAL DA 1.ª ZONA

Pelo dr. Juiz Eleitoral desta 1.ª zona, foram considerados inscritos eleitores os seguintes requerentes: Adalgio Floriano Cordeiro de Lima, Ivane Pereira da Silva, Maria Pessoa da Silva e Irene Pereira Elihimas.

— Ainda por despacho do mesmo Juiz, foi expedida a 2.ª

via do título do eleitor Henrique de Siqueira Barbosa Arco-verde e expedido o título do eleitor Antonio Laurentino da Silva, qualificado "ex-officio" pelo Tribunal Regional Eleitoral deste Estado.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

CARLOS NEVES DA FRANCA — Escrivão Eleitoral.

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Reclamação JCJ 539/46 procedente do município da Capital.

Reclamante — João Bezerra da Costa.

Reclamada — The Great Western of Brazil Railway Co. Ltda.

Objeto — Aviso prévio.

Solução — EMENTA — O empregador que quiser rescindir o contrato de trabalho deverá avisar ao empregado da sua resolução com antecedência nunca inferior a três dias. Não tem efeito o aviso prévio conce-

dido depois da ruptura do contrato de trabalho.

Procedente em Cr\$ 300,00 sobre prévio aviso. Custas pelo reclamado em Cr\$ 28,80.

No próximo dia 21, serão julgadas as seguintes reclamações: 14 horas.

Reclamante — Antonio Duira dos Santos.

Reclamada — Cia. Paraíba de Cimento Portland S/A.

14,15 horas:

Reclamante — José Luiz da Silva.

Reclamados — A. Muribeca & Cia.

NOTAS DO FÔRO

PROCLAMAS DE CASAMENTO

Cartório do registro civil no Palácio da Justiça:

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contraentes seguintes:

João Amorim Coutinho, comerciante e Trahamunda Pereira, maiores, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, às ruas da República, 461 e Maximiano Machado, 277.

Com proclamas já publicados:

Manuel Dantas da Costa e Regina Dantas da Costa, Mario Vasconcelos de Carvalho e Elza Rodrigues dos Santos, João Severino de Lima e Maria Severina da Conceição.

CARTÓRIO DO BEL. JOÃO MONTEIRO DA FRANCA

Movimento de autos do dia 16:

Para ciência dos interessados torna público a sentença proferida pelo dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara desta Comarca nos autos do inventário que está se processando por falecimento de GERTRUDES MARIA DA CONCEIÇÃO Vistos, etc. Julgo por sentença bôa e valiosa a partilha para que produza os seus devidos efeitos. P. L. Custas pelo monte. J. Pessoa, 12/10

1946. Julio Rique. Nos termos do art. 168 § 1.º do C.P.C., considero intimado os interessados da sentença supra.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

O Escrevente — Damásio Franca.

Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara:

Ações Fiscais de Sociedade Exportadora Lafaiete Lucena, José Correia de Oliveira Sival Gome de Assis, J. Cavalcanti, José Pereira Nunes, Dina Sergio de Mélo, João de Albuquerque Mélo. Natanael de Oliveira

Inventários de Pedro Guedes Pereira e d. Maria do Carmo H. Henriques

Para o dr. Luiz de Oliveira Lima:

Inventário do dr. Otavio Correia Lima

Ao dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara:

Ações Fiscais de Eugênia de Almeida Silva, Antonio Xavier, Renato Maciel, Leoncio Barrêto, Antonio Francisco dos Santos, Antonio Floriano, João Américo Ribeiro, Benedito Guedes

Ao Contador do Juízo: Alvará requerido por Salomí Garcia de Araújo.

Ação ordinária de Antonio Gonçalves de Abrantes.

Ao dr. Juiz de Direito da 3.ª Vara:

Mandado de Segurança requerido por Durval Carreira.

Ação de desapropriação movida pela Prefeitura da Capital contra Belisário Medeiros.

João Pessoa, 16 de agosto de 1946

O escrivão — Damásio Franca.

Para ciência dos interessados torna público que o dr. Juiz da 1.ª Vara proferiu nos autos de demarcação parcial movida por Fausto Porto Neves contra Francisco Dantas de Moura, o seguinte despacho: "Marco às partes o prazo comum de 5 dias para dizerem de seu direito. J. P. 14-10-1946. Julio Rique". Assim, nos termos do art. 168 do C.P.C. tenho como intimados o dr. Evandro Souto, advogado do autor, o dr. Pro-

curador da República e ao réu. João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

O Escrivão — Eunápio da Silva Torres.

Nos autos da ação de despejo movida pelo dr. Romulo de Almeida contra Bento Romulo, o dr. Juiz da 3.ª Vara, designou o dia 30 do corrente as 14 horas, no Palácio da Justiça, sala da 3.ª Vara para ter lugar a instrução e julgamento da referida ação. Assim, nos termos do art. 168 § 1.º do C.P.C. tenho como intimados os Drs. Romulo Rangel e Renato Bastos, advogados do autor e do réu, respectivamente.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

O Escrivão — Eunápio da Silva Torres.

SOCIEDADES

"REX CLUBE"

Fundado em 16 de outubro de 1946

ESTATUTOS

Art. 1.º — "Rex Clube", sociedade recreativa fundada nesta Cidade de Campina Grande, aos 15 dias do mês de Outubro do ano de 1946, tem por objeto proporcionar aos seus associados diversões de natureza recreativa e esportiva, podendo realizar reuniões e divertimentos, dansas, leitura de livros, jornais e revistas e jogos permitidos.

Art. 2.º — "Rex Clube", cuja duração será por tempo indeterminado, tem personalidade jurídica distinta da dos seus associados, e como pessoa jurídica, preencherá todas as exigências legais.

Art. 3.º — Os sócios dividem-se em: Fundadores, Beneméritos e Efetivos.

Art. 4.º — Poderá ser admitido sócio todo cidadão de comprovado critério e cultura, sem distinção de nacionalidade ou credo religioso ou político.

Art. 5.º — É considerado sócio benemérito, o sócio efetivo a quem for conferido o título pelo Assembléa Geral, em atenção a relevantes serviços prestados ao Clube.

Art. 6.º — A admissão do sócio efetivo será feita

mediante proposta assinada por um sócio benemérito ou efetivo;

§ 1.º — O sócio efetivo contribuirá para os cofres sociais com a joia de Cr\$ 10,00 e mensalidade de Cr\$ 5,00;

§ 2.º — O proposto aceite sócio que não pagar a joia e primeira mensalidade dentro do prazo de 30 dias, contado da data de sua aceitação, será imediatamente eliminado.

Art. 7.º — Incurrerão na pena de eliminação:

a) o sócio que, pelo seu incorrigível comportamento, procurar desmoralizar o Clube, agredir qualquer pessoa no recinto social, ou envolver o Clube direta ou indiretamente em consequências desagradáveis;

b) o sócio que, incorrer para o desvio de bens ou numerais pertencentes ao Clube.

Art. 8.º — O Clube será administrado por uma diretoria assim constituída: — Presidente, Secretário, Orador e Tesoureiro;

§ 1.º — Os membros da diretoria serão eleitos bi-anualmente, por Assembléa Geral, que se realizará na primeira quinzena de Outubro;

§ 2.º — Eleito o presidente, esse imediatamente ou dentro de oito dias, comunicará á Assembléa Geral os nomes dos sócios possíveis indicados para os demais cargos da diretoria.

Art. 9.º — Os sócios que não estiverem quites com os cofres sociais, não poderão votar nem ser eleitos.

Art. 10 — Ao presidente compete:

a) presidir as sessões de diretoria sem votar, salvo em caso de empate;

b) convocar e presidir as reuniões de Assembléa Geral;

c) despachar o expediente;

d) representar o Clube em Juízo e fóra dele, podendo constituir mandatário;

e) indicar os demais diretores para o seu período administrativo, que será de dois anos;

f) demitir o sócio diretor que a seu juízo não der fiel desempenho às atribuições que fôrem confiadas;

g) assinar diplomas, convites, cartão de ingressos e outros títulos de igual natureza;

h) assinar as atas e rubricar os livros da Secretaria e Tesouraria;

i) assinar cheques, cauções, ordens de pagamentos e quaisquer títulos de responsabilidade conjuntamente com o Tesoureiro;

j) nomear pelo prazo que julgar conveniente, diretores adjuntos necessários a quaisquer sessões de Clube.

Art. 11 — Os presentes Estatutos constituem a lei orgânica do "Rex Clube", que todos os sócios são obrigados respeitar e cumprir.

§ 1.º — Os presentes Estatutos só poderão ser reformados depois de dois anos da data de sua aprovação, com o consentimento prévio da Assembléa Geral;

§ 2.º — Os presentes Estatutos entrarão em vigor 48 horas após a sua aprovação.

Campina Grande, 15 de Outubro de 1946.

João Guilherme Rodrigues — Secretário.

Severino Rodrigues Filho — Presidente.

"S. JOSÉ DIVERSIONAL CLUBE"

Fundado em 10 de outubro de 1946

ESTATUTOS

Art. 1.º — S. José Di-

versional Clube", sociedade recreativa fundada nesta Cidade de Campina Grande, aos dez dias do mês de Outubro do ano de 1946, tem por objeto proporcionar aos seus associados diversões de natureza recreativa e esportiva, podendo realizar reuniões e divertimentos, dansas, leitura de livros, jornais e revistas e jogos permitidos.

Art. 2.º — "S. José Diversional Clube", cuja duração será por tempo indeterminado, tem personalidade jurídica distinta da dos seus associados, e como pessoa jurídica, preencherá todas as exigências legais.

Art. 3.º — Os sócios dividem-se em: Fundadores, Beneméritos e Efetivos.

Art. 4.º — Poderá ser admitido sócio todo cidadão de comprovado critério e cultura, sem distinção de nacionalidade ou credo religioso ou político.

Art. 5.º — É considerado sócio benemérito o sócio efetivo a quem fôr conferido o título pela Assembléa Geral, em atenção a relevantes serviços prestados ao Clube.

Art. 6.º — A admissão do sócio efetivo será feita mediante proposta assinada por um sócio benemérito ou efetivo;

§ 1.º — O sócio efetivo contribuirá para os cofres sociais com a joia de Cr\$ 10,00 e mensalidade de Cr\$ 5,00;

§ 2.º — O proposto aceito sócio que não pagar a joia e primeira mensalidade dentro do prazo de 30 dias, contados da data de sua aceitação, será imediatamente eliminado.

Art. 7.º — Incorrerão na pena de eliminação:

a) o sócio que, pelo seu incorrigível comportamento, procurar desmoralizar o Clube, agredir qualquer pessoa no recinto social, ou envolver o Clube direta ou indiretamente em assuntos de consequências desagradáveis;

b) o sócio que, incorrer para o desvio de bens ou numerários pertencentes ao Clube.

Art. 8.º — O Clube será administrado por uma diretoria assim constituída: Presidente, Secretário, Orador e Tesoureiro;

§ 1.º — Os membros da diretoria serão eleitos

bléa Geral, que se realizará na primeira quinzena de Junho;

§ 2.º — Eleito o presidente, esse imediatamente ou dentro de oito dias, comunicará á Assembléa Geral os nomes dos sócios por êle indicados para os demais cargos da diretoria;

§ 3.º — Os sócios que não estiverem quites com os cofres sociais, não poderão votar nem ser eleitos.

Art. 9.º — Ao presidente compete:

a) presidir as sessões de diretoria sem votar, salvo em caso de empate;

b) convocar e presidir as reuniões de Assembléa Geral;

c) despachar o expediente;

d) representar o Clube em Juízo e fóra dele, podendo constituir mandatário;

e) indicar os demais diretores para o seu período administrativo, que será de dois anos;

f) constituir mandatário para resolver assuntos de interesse do Clube;

g) demitir o sócio diretor que a seu juízo não der fiel desempenho às atribuições que lhe fôrem confiadas;

h) assinar diplomas, convites, cartão de ingressos e outros títulos de igual natureza;

i) assinar as atas e rubricar os livros da Secretaria e Tesouraria;

j) assinar cheques, cauções, ordens de pagamentos e quaisquer títulos de responsabilidade conjuntamente com o 1.º Tesoureiro;

k) nomear pelo prazo que julgar conveniente, diretores adjuntos necessários a quaisquer sessões do Clube.

Art. 10 — Os presentes Estatutos constituem a lei orgânica do "S. José Diversional Clube", que todos os sócios são obrigados respeitar e cumprir.

Art. 11 — Os presentes Estatutos só poderão ser reformados depois de dois anos da data de sua aprovação, com o consentimento prévio da Assembléa Geral.

Art. 12 — Os presentes Estatutos entrarão em vigor 48 horas após a sua

publicação e respectivo registro.

Campina Grande, 9 de Outubro de 1946.

Inácio Gomes da Silva — 1.º Secretário.

Antônio Maciel — Presidente.

"S. CRISTOVÃO DIVERSIONAL CLUBE"

Fundado em 1.º de outubro de 1946

ESTATUTOS

Art. 1.º — "S. Cristovão Diversional Clube", sociedade recreativa e esportiva fundada nesta Cidade de Campina Grande, aos primeiros dias do mês de Outubro do ano de 1946, tem por objeto proporcionar aos seus associados diversões de natureza recreativa e esportiva, podendo realizar reuniões e divertimentos, dansas, leitura de livros, jornais e revistas e jogos permitidos.

Art. 2.º — "S. Cristovão Diversional Clube", cuja duração será por tempo indeterminado, tem personalidade jurídica distinta da dos seus associados, e como pessoa jurídica, preencherá todas as exigências legais.

Art. 3.º — Os sócios dividem-se em: Fundadores, Beneméritos e Efetivos.

Art. 4.º — Poderá ser admitido sócio todo cidadão de comprovado critério e cultura, sem distinção de nacionalidade ou credo religioso ou político.

Art. 5.º — É considerado sócio benemérito, o sócio efetivo a quem fôr conferido o título pela Assembléa Geral, em atenção a relevantes serviços prestados ao Clube.

Art. 6.º — A admissão do sócio efetivo será feita mediante proposta assinada por um sócio benemérito ou efetivo.

§ 1.º — O sócio efetivo contribuirá para os cofres sociais com a joia de Cr\$ 10,00 e mensalidade de Cr\$ 5,00;

§ 2.º — O proposto aceito sócio que não pagar a joia e primeira mensalidade dentro do prazo de 30 dias, contados da data de sua aceitação, será imediatamente eliminado.

Art. 7.º — Incorrerão na pena de eliminação:

a) o sócio que, pelo seu incorrigível comportamento, procurar desmoralizar o Clube, agredir qualquer pessoa no decurso social, ou envolver o Clube direta ou indiretamente em assuntos de consequências desagradáveis;

b) o sócio que, incorrer para o desvio de bens ou numerários pertencentes ao Clube.

Art. 8.º — O Clube será administrado por uma diretoria assim constituída: Presidente, Secretário, Orador e Tesoureiro;

§ 1.º — Os membros da diretoria serão eleitos bi-anualmente, por Assembléa Geral, que se realizará na primeira quinzena de Outubro;

§ 2.º — Eleito o presidente, esse imediatamente ou dentro de oito dias, comunicará á Assembléa Geral os nomes dos sócios por ele indicados para os demais cargos da diretoria.

Art. 9.º — Os sócios que não estiverem quitos com os cofres sociais, não poderão votar, salvo em caso de empate, e não poderão ser eleitos para nenhum cargo da diretoria.

Art. 10 — Ao presidente compete:

a) presidir as sessões da diretoria sem votar, salvo em caso de empate;

b) convocar e presidir as reuniões de Assembléa Geral;

c) despachar o expediente;

d) representar o Clube

em Juízo e fóra dele, podendo constituir mandatário;

e) indicar os demais diretores para o seu período administrativo, que será de dois anos;

f) demitir o sócio diretor que a seu juízo não der fiel desempenho ás atribuições que lhe forem confiadas;

g) assinar diplomas, convites, cartão de ingressos e outros títulos de igual natureza;

h) assinar as atas e rubricar os livros da Secretaria e Tesouraria;

i) assinar cheques, cauções, ordens de pagamentos e quaisquer títulos de responsabilidade conjuntamente com o Tesoureiro;

j) nomear pelo prazo que julgar conveniente, diretores adjuntos necessários a quaisquer sessões do Clube.

Art. 11 — Os presentes Estatutos constituem a lei organica do "S. Cristóvão Diversional Clube", que todos os sócios são obrigados respeitar e cumprir;

§ 1.º — Os presentes Estatutos só poderão entrar em vigor após sua publicação e respectivo registro de acôrdo com a lei.

Campina Grande, 10 de Outubro de 1946.

José Mendes da Silva — Secretário

Aristides Mendes da Silva — Presidente.

NEUSA MACHADO DO AMARAL: — Arquivista.

Visto: — MARIO ANTONIO DA GAMA E MELO: — Procurador.

EDITAL N.º 4 — Primeira Concorrência Pública para a venda de três (3) cabras, cinco (5) cabritos e um (1) reprodutor, com prazo de quinze (15) dias.

1 — De ordem do sr. Diretor do Departamento da Produção de acôrdo, com as disposições legais vigentes e nos termos do processado n.º 2964-SAVOP, faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que este Departamento receberá, até ás 17 e 30 horas do dia 4 de novembro do corrente ano, proposta para compra de três (3) cabras, cinco (5) cabritos e um (1) reprodutor, todos da raça "Moxotó".

2 — As propostas poderão ser feitas para todo o lote, ou parcialmente.

3 — Os interessados poderão examinar os referidos caprinos do Instituto Rural Modêlo, anexo ao Hôrto Florestal "Simões Lopes", nesta Capital.

4 — As propostas deverão ser feitas por escrito, com nome, naturalidade, profissão, número do edital e residência, em duas (2) vias, devidamente selada a primeira, apresentada dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de RESERVADA, a fim de serem julgadas.

João Pessoa, 16 de outubro de 1946.

Fernão Coêlho — Resp. pelo Serv. de Expediente.

Visto: Manuel Tavares de M. C. Filho — Diretor.

Comarca De Maguari — EDITAL de convocação da 4.ª sessão ordinária do Juri. — O Dr. Sebastião Sival Fernandes, Juiz de Direito da Comarca de Maguari, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

FAZ saber aos que o presente edital de convocação do Juri virem, dêle noticia tiverem e interessar possa que, designe o dia 20 de novembro próximo vindouro, pelas 11 horas, para abrir a 4.ª sessão ordinária do Juri, deste ano, a qual traba-

Na primeira fase da febre tifóide, a temperatura embora pouco elevada, aumenta gradativamente, dia a dia. — S. N. E. S.

lhará em dias consecutivos, e que procedendo a sorteio de vinte e um senhores jurados, foram sorteados os seguintes: 1 — João Vicente Ferreira, Caaporã; 2 — José da Costa Baraculy, Campo; 3 — Severino de Albuquerque Borges, Pedras de Fôgo; 4 — Máximo Pedro do Nascimento, cidade; 5 — Zacarias Batista do Rego, Caaporã; 6 — Ivo Rodrigues Chaves, Campo; 7 — Julio Romão dos Santos, Pedras de Fôgo; 8 — João Gomes de Araujo, Una; 9 — Vicente de Sena Brito, cidade; 10 — Hudo Guedes Alcororado, Cobá; 11 — Venancio Joaquim de Oliveira, Una; 12 — João Veloso Correia, Caaporã; 13 — Severino Veloso da Cunha Cavalcanti, Entropamento; 14 — Antonio Pires Correia, Caaporã; 15 — Gerçino Lavor de Medeiros, Pedras de Fôgo; 16 — Pedro José de Sousa, cidade; 17 — Manuel Cavalcanti Torres, cidade; 18 — Severino José de Oliveira Clabouro; 19 — Joaquim Cavalcanti de Oliveira, Bezeza; 20 — Maria dos Anjos de Lima Feitosa, Espírito Santo; 21 — Antonio Lira, cidade. Faço saber a aiis que na referida sessão hão de ser julgados os reus cujos processos estiverem preparados. A todos e a cada um de persi, convido a comparecer a 4.ª sessão ordinária do Juri, sob as penas da lei, se faltarem. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado na "A União", Órgão Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de Maguari, aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e seis, (12-10-1946). Eu, Nilza Carneiro de Mendonça, escrivã do Juri, o datilografei e subscrevo. Nilza Carneiro de Mendonça, escrivã do Juri. Sebastião Sival Fernandes, Juiz de Direito. Está conforme com o original; dou fé. Data supra. A escrivã do Juri: Nilza Carneiro de Mendonça.

EDITAIS E AVISOS

Secretaria das Finanças

Procuradoria do Dominio do Estado

Edital n.º 5

PRIMEIRA CONCORRÊNCIA PÚBLICA para a venda de um (1) tratôr "JONH DEERE", tipo G. P. 1934, com o prazo de quinze (15) dias.

1 — De ordem do Sr. Sr. Procurador do Dominio do Estado, e de acôrdo com as disposições legais vigentes e nos termos do processado n.º 3535 46 SAVOP o 15418/46 SF, faço publico pra conhecimento de quem interessar possa, que esta Procuradoria receberá, até ás 17 e 30 horas do dia 27 de outubro do corrente ano, propostas para um (1) tratôr "JONH DEERE",

de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00).

2 — Os interessados poderão examinar o referido tratôr no Departamento da Produção.

3 — As propostas deverão ser feitas por escrito, com nome, naturalidade, profissão, n.º do edital e residência, em duas (2) vias, devidamente selada a primeira, apresentadas dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de "RESERVADA", a fim de serem julgadas pelo Tribunal da Fazenda.

João Pessoa, 11 de outubro de 1946.

ANUNCIOS DIVERSOS

AVISO A' PRAÇA

Tendo se extraviado o original do conhecimento emitido pela agencia de Nova York relativo a 300 sacos marca A. J. & Cia. Cabedello, contendo fari-

nha de trigo, vindos no vapor americano Berkley Victory, entrado de Nova York no dia 28 de setembro ultimo, pesando 15.000 quilos, consignados a ordem com notificação para Alvaro Jorge & Cia. e embarcados

por Maple Leaf Milling Co. Ltd. Inc., venho com o presente aviso dar ciência que farei entrega dos mesmos volumes se não houver quem possa apresentar reclamações contra esse ato a firma Alvaro Jorge & Cia., estabelecidos á Praça Alvaro Machado n.º 3, nesta cidade, de acôrdo com os decretos números 19.473 de 10 de outubro de 1933, e 19754, 10 de janeiro de 1931, do Governô Federal.

João Pessoa, 12 de outubro de 1946.

P. p. da Moore Mac. Cormack Lines Inc.

AO COMÉRCIO E A QUEM INTERESSAR POSSA

Milton Gonçalves, estabelecido em Campina Grande, á rua Presidente João Pessoa, 738, tendo vendido aos srs. Cicero Claudino & Filhos, o "Moinho Pilar", de sua propriedade, convida a todos quantos se julgarem com direitos a reclamar, a se apresentarem no referido endereço, dentro do prazo máxíma de seis (6) dias, a contar da primeira publicação deste aviso.

Campina Grande, 24 de setembro de 1946.

Confirmo: Milton Gonçalves
Confirmamos: Cicero Claudino & Filhos.

AVISO A' PRAÇA

Tendo se extraviado o original do conhecimento n.º 4, referente ao embarque de 300 sacos contendo farinha de trigo, embarcados pela "Maple Leaf Willing Co. Ltda. Inc.", de New York (E. U. A.), marca L. F., para Cabedelo, pelo vapor americano *Perkeley Victory*, entrado em 28-10-1946, pesando 15.000 quilos, consignados a ORDEM e notificado a LOURIVAL FREIRE, venho com o presente aviso dar ciência que farei a entrega dos citados volumes, se não houver

quem possa apresentar reclamação contra esse ato, á firma LOURIVAL FREIRE, estabelecida a Rua 5 de Agosto, 125, nesta Capital, de acôrdo com os decretos numeros 19472 de 10 de Outubro de 1933 e 19754 de 10 de Janeiro de 1931 do Governo Federal.

J. Pessoa, 15 de Outubro de 1946.

(a) CLODOMAR GOMES GUIMARÃES, pp — Basileu Gomes — Agente da Moore Mc Cormack Lines, Inc.

Autoriso a presente publicação, cuja responsabilidade pelas despesas, correm por conta da firma LOURIVAL FREIRE.

COMPANHIA PARAÍBA DE CIMENTO PORTLAND S. A.

Assembléia Geral Extraordinária

Pelo presente são convocados os senhores acionistas da Companhia Paraíba de Cimento Portland S/A para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na séde social, á Avenida Alfrêdo Dolabela Portela, sem numero, nesta Capital, no dia 25 de Outubro de 1946, ás 14 horas, para tomarem conhecimento, deliberarem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: a) alteração dos estatutos sociais na parte referente á administração da sociedade, para criação de mais um cargo de administrador; b) eleição para preenchimento do novo cargo.

João Pessoa, 16 de Outubro de 1946.

Ladislau L. de Katinsky.

Regimento interno da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Paraíba

CAPITULO I

Constituição, finalidade, órgãos e fontes de receita

Art. 1.º — A Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Paraíba, fundada em 14 de Novembro de 1941, é uma instituição constituída pelos advogados, provisionados e solicitadores com inscrição principal nos seus quadros, dependente da Secção e dotada de relativa autonomia nos termos das disposições deste Regimento e das disposições legais e regulamentares applicaveis e applicadas.

Art. 2.º — A sua finalidade é amparar os seus membros e as familias destes, por meio de auxilio pecuniário áqueles, quando necessitados e, depois de seu falecimento, de pecúlio a estas.

Art. 3.º — Incluem-se tambem na sua finalidade a concessão de assistência médica, farmacêutica e hospitalar, o interesse pela educação dos filhos menores dos membros falecidos e a criação da Casa do Advogado.

Art. 4.º — A Caixa será administrada por uma diretoria composta de três membros, cujas contas serão fiscalizadas por um Conselho fiscal igualmente composto de três membros e outros tantos suplentes.

Art. 5.º — Tanto a diretoria como o conselho fiscal, que terão o mandato de dois anos, serão eleitos e empossados pelo Conselho da Secção.

Art. 6.º — Constituem fontes de receita da Caixa:

- a) a metade das anuidades pagas á Secção pelos inscritos, descontada a parte da contribuição ao Conselho Federal;
- b) as meias custas contadas aos advogados, provisionados ou solicitadores em todos os efeitos;
- c) as multas applicadas ao Conselho Seccional;
- d) as rendas do seu patrimônio;
- e) as doações, legados e quaisquer valores eventuais; e
- f) outras fontes de receita por acaso instituidas em lei federal, estadual e municipal.

CAPITULO II

Da matricula dos inscritos

Art. 7.º — São matriculados como membros da Caixa, obrigatoriamente, todos os advogados, provisionados e solicitadores inscritos na Secção.

Art. 8.º — Dentro dos quinze dias seguintes á inscrição na Secção, o Presidente do Conselho da Secção comunicará ao da Caixa o nome do inscrito, sua filiação, a data e o lugar do seu nascimento, o estado civil e o seu domicilio.

Art. 9.º — Recebida a comunicação, o Presidente da Caixa ordenará sua matricula, solicitando do inscrito informações sobre sua familia e organizando-se os respectivos processo e ficha.

Art. 10 — Cancelada ou suspensa a inscrição, fará o Presidente do Conselho, tambem no prazo de quinze dias, comunicação ao da Caixa para que se cesse a matricula ou se faça a devida anotação.

CAPITULO III

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados

Art. 11 — A diretoria da Caixa será constituída por um presidente, um secretário e um tesoureiro.

§ 1.º — Ao presidente incumbirá:

- a) representar a Caixa em solenidades internas e externas, perante os poderes públicos, em Juízo e em todas as relações com terceiros, ativa e passivamente;
- b) convocar a diretoria e presidir suas sessões;
- c) superintender os serviços da Caixa;
- d) ordenar a matricula dos inscritos, o seu cancelamento ou anotação, em face das comunicações recebidas da presidência do Conselho.

§ 2.º — Ao secretário incumbirá secretariar as sessões da diretoria, substituir o presidente em suas faltas e impedimentos e superintender os serviços da secretaria.

§ 3.º — Ao tesoureiro incumbirá substituir o secretário nas suas faltas e impedimentos, ter sob sua guarda os valores pertencentes á Caixa e providenciar sobre a arrecadação da receita e o pagamento dos beneficiários.

Art. 12 — Competirá á diretoria decidir em sessão plenária sobre a matéria que não caiba isoladamente na alçada de qualquer um dos diretores, como tambem sobre a concessão e revogação, de beneficio, organização de balancetes trimestrais e balancos anuais e da tabela de fixação anual dos beneficios, a ser aprovada pelo Conselho Seccional.

§ 1.º — A diretoria realizará sessões ordinárias no dia 10 de cada mês ou no dia util seguinte, ás 15 horas e sessões extraordinárias quando houver convocação, lavrando-se atas de todas ellas.

§ 2.º — Na primeira sessão ordinária, após sua eleição, a diretoria distribuirá entre seus membros, por escrutinio secreto, os cargos de que se constitui.

§ 3.º — Todos os diretores, inclusive o presidente, têm direito de voto.

Art. 13 — O Conselho Fiscal funcionará sempre com a

totalidade dos seus membros efetivos, e, na falta ou impedimento de um ou mais deles, serão convocados os suplentes pela ordem da nomeação.

§ único — Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar as contas da diretoria e dar parecer sobre os balancetes trimestrais e anuais.

Art. 14 — A Diretoria e o Conselho Fiscal da Caixa serão eleitos na primeira sessão do Conselho Seccional, após a posse deste e serão empossados pelo presidente do Conselho Seccional, cinco dias depois de eleitos, prestando compromisso de bem servir e guardar reserva no que disser respeito aos benefícios concedidos pela Caixa.

§ 1.º — O seu mandato será de dois anos e as vagas verificadas serão preenchidas por eleição do Conselho Seccional.

§ 2.º — O mandato será gratuito e somente em caso de falta grave, a juízo do Conselho Seccional, poderá o diretor ou membro do Conselho Fiscal ser destituído do seu cargo.

§ 3.º — Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal devem residir na sede da Caixa.

§ 4.º — Diretores e membros do Conselho Fiscal só podem ser reeleitos uma vez.

Art. 15 — Em cada comarca do interior do Estado haverá um delegado da Caixa nomeado pela diretoria, cujo mandato será gratuito e findará com o desta.

§ 1.º — Incumbir-lhe-á:

- a) fiscalizar o pagamento e o recolhimento das custas judiciais;
- b) reclamar contra qualquer prejuízo ou anormalidade prejudicial à arrecadação das custas;
- c) fazer sindicâncias e diligências que lhe forem pedidas pela diretoria.

CAPITULO IV

Da arrecadação da receita

Art. 16 — A tesouraria da Secção entregará á da Caixa, até o dia 15 de cada mês, a metade das anuidades arrecadadas no mês anterior, como também as multas aplicadas pelo Conselho, dentro dos 10 dias seguintes ao seu pagamento.

Art. 17 — O depósito dos valores da Caixa será feito de preferência no Banco do Brasil ou na Caixa Economica Federal, e o seu levantamento se fará por cheque assinado pelo presidente e pelo tesoureiro, ou por seus substitutos em exercício.

Art. 18 — As despesas com a manutenção da Caixa e de seus serviços administrativos serão atendidas pelas suas fontes de receita.

Art. 19 — A escrita da Caixa obedecerá ás regras de contabilidade e será feita com clareza e precisão, sendo os livros necessários á mesma rubricados pelo Presidente.

Art. 20 — Trimestralmente serão levantados balancetes da receita e da despesa da Caixa e anualmente o balanço geral de cada exercício, documentos que, firmados pelo contador responsável e pelo presidente, serão encaminhados ao Conselho da Secção, com o parecer ao Conselho Fiscal.

Art. 21 — No mês de Dezembro de cada ano, a Diretoria organizará a previsão orçamentária para o exercício seguinte, mediante proposta da tesouraria.

CAPITULO V

Dos benefícios

Art. 22 — A Caixa concederá aos advogados com inscrição principal na Secção há mais de dois anos, bem assim aos provisionados e solicitadores nela inscritos por igual tempo, os seguintes benefícios.

1.º — Auxílio pecuniário aos que dele necessitarem por motivo de invalidez ocasionada por incapacidade total ou parcial, impeditiva do trabalho, temporária ou permanente, ou por falta de trabalho e por outra razão de efeito semelhante, inclusive exclusão por motivo de pena ou alienação mental;

2.º — Pecúlio á viúva não desquitada e aos filhos do casal, enquanto menores de 18 anos, ou inválidos e solteiros.

§ único — Os benefícios serão concedidos com a necessária discreção, especialmente nos casos de necessidade do inscrito, variando sua importancia conforme as possibilidades financeiras da Caixa.

Art. 23 — Anualmente, na última sessão de Dezembro,

a Diretoria organizará e aprovará a tabela dos valores máximos dos pecúlios para o ano seguinte.

§ único — Si houver viúva e filhos que façam jus ao benefício, o pecúlio será dividido em duas partes, uma para a viúva e a outra rateada igualmente entre os filhos. Na falta daquela será todo êle dividido entre estes, ou entregue áquela na falta destes.

Art. 24 — O pecúlio será pago de uma vez.

Art. 25 — Dentro de um ano, a contar da data do falecimento do inscrito, qualquer dos seus beneficiários, sob pena de extinção do seu direito, poderá requerer o pagamento do pecúlio, comprovando sua qualidade de beneficiário.

§ único — Recebido o pedido, será êle distribuído a um relator que, depois de verificada a satisfação das exigências regulamentares, apresentará o processo a julgamento na primeira sessão ordinária da diretoria, quando o mesmo será julgado.

Art. 26 — O auxílio aos profissionais necessitados será processado a pedido dos interessados ou pessoa de sua família, ou por indicação de qualquer membro da Ordem e ainda ex-officio pela Diretoria, procedidas as necessárias averiguações.

Art. 27 — Das decisões sobre benefícios, poderá ser interposto recurso por qualquer das pessoa indicadas no artigo anterior dentro de 15 dias da data em que fôr comunicada a decisão ao promovente do processo.

§ único — O recurso será interposto perante o presidente da Caixa, por petição devidamente fundamentada e instruída com os necessários documentos, e enviado logo em seguida á presidência do Conselho.

Art. 28 — Independentemente dos benefícios e auxílios prestados aos seus associados, a Diretoria pleiteará para os filhos menores do inscrito necessitados ou morto, perante os poderes competentes, educação gratuita ou por preços reduzidos, em estabelecimento de ensino público ou particular.

Art. 29 — Quando as condições da Caixa o permitirem, será dada aos profissionais necessitados e á sua família assistência médica, farmacêutica e hospitalar.

§ 1.º — Para este e outros efeitos e havendo fundos suficientes, será instituída, oportunamente, a Casa do Advogado.

§ 2.º — Enquanto não se fundar a Casa do Advogado, a Diretoria pleiteará junto aos estabelecimentos hospitalares, a internação dos profissionais necessitados, gratuitamente ou por preços reduzidos.

§ 3.º — Para a fundação da Casa do Advogado, a Caixa reservará os saldos que se acumulem, e poderá creá-la e organizá-la em cooperação com as demais instituições de classe, particularmente a ORDEM, para que todas se instalem num só edificio, com instalações condignas, bibliotecas e salas para reuniões e trabalhos dos inscritos do interior do Estado, que ocasionalmente tenham de elaborá-los nesta capital.

Art. 30 — Mediante autorização do Conselho Seccional, a Caixa poderá contratar com companhia idonea a concessão de pecúlio á viúva e aos filhos dos inscritos falecidos, por meio de seguro.

CAPITULO VI

Disposições transitórias

Art. 31 — Pecúlio e auxílio fornecidos pela Caixa só serão concedidos um ano após a instalação definitiva da Caixa, salvo á Diretoria o direito de conceder auxílio para enterro e luto, em casos excepcionais.

§ único — Este prazo, porém, será reduzido ou extinto, caso as condições da Caixa o permitam.

Art. 32 — Até que a Caixa adquira autonomia financeira, os seus serviços serão, salvo deliberação em contrário do Conselho Seccional, executados em comum pela Secretaria da Secção.

§ único — Aos funcionários da secretaria da Ordem, que trabalhem para a Caixa, será abonada uma gratificação mensal a critério da diretoria da Caixa.

Art. 33 — Este Regimento, depois de aprovado pelo Conselho Federal e homologado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entrará em vigor na data da sua publicação.

João Pessoa, 1 de outubro de 1946.

A Diretoria da Caixa: Joaquim Costa — Ivaldo Falconi — Hélio de Araújo Soares.